



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

**VOTO Nº 4412/2014**

**PROCEDIMENTO MPF Nº 1.34.001.007577/2013-21**

**ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SÃO PAULO**

**PROCURADOR OFICIANTE: SÍLVIO LUÍS MARTINS DE OLIVEIRA**

**RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN**

**NOTÍCIA DE FATO. POSSÍVEL CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. GESTÃO TEMERÁRIO E/OU GESTÃO FRAUDULENTA. MPF: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE. POSSÍVEL CONFIGURAÇÃO. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO MPF. PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.**

1. Trata-se de notícia de fato informando sobre supostas irregularidades na decretação de falência de empresa. Acionistas minoritários teriam sido lesados quando da decretação de falência de empresa, tendo em vista que a conduta adotada por instituição financeira (detentora de 84,95% dos créditos) não aceitou o plano de recuperação judicial apresentado pela referida empresa. Tal conduta culminou inúmeros prejuízos às empresas recuperandas e acionistas minoritários.
2. O Procurador Regional da República oficiante requereu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual por compreender que, no caso, as condutas não se amoldam às figuras típicas inculpidas na Lei nº 7.492/86.
3. Configuração do delito previsto no artigo 4º, da Lei nº 7.492/86, devendo-se promover outras diligências a fim de averiguar a real ocorrência do delito, bem assim o envolvimento da instituição financeira nas condutas narradas.
4. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar continuidade à persecução penal.

Trata-se Notícia de fato informando supostas irregularidades na decretação de falência de empresa AGRENCO BIOENERGIA. Acionistas minoritários teriam sido lesados quando da decretação de falência de empresa, tendo em vista que a conduta adotada pela Instituição Financeira CREDIT SUISSE BAHAMAS (detentora de 84,95% dos créditos) não aceitou o plano de recuperação judicial apresentado pela referida empresa. Tal conduta culminou inúmeros prejuízos às empresas recuperandas e acionistas minoritários.

Na representação particular foi informado que:

“Somos 5536 acionistas minoritários da Agrenco Limited, Companhia controlada das empresas em recuperação judicial. Os credores contrataram a empresa Íntegra (na pessoa do Sr. Nelson Bastos) para recuperar a empresa, mas havia um conflito de interesses, pois a Íntegra

receberia comissão sob a venda de ativos da empresa. Dessa forma, ocorreu a venda da usina Biodiesel de Marialva no Paraná por cerca de R\$ 32 milhões de reais e meses depois, os novos donos venderam metade da empresa por R\$ 100 milhões para a Petrobrás. Um dos credores foi responsável pela introdução da empresa no mercado de capitais (Bovespa). Depois não acompanhou a gestão de recuperação das usinas e agora solicitou a falência da empresa. O Credit Suisse que representou alguns credores foi responsável por não aceitar o plano de recuperação judicial. Na primeira reunião todos os credores solicitaram revisões nos planos ocorrido no dia 18/07/13 e depois não aprovou o plano em 26/07/13. Com tal decisão, outros credores entraram com agravo para contestar a decisão do Credit Suisse. Em resumo: 1) Centenas de pessoas estão desempregadas no Mato Grosso (Alto do Araguaia-MT e Caaropó-MS). 2) Milhares de toneladas de matérias-primas estão apodrecendo por falta de estocagem e processamento de grãos. 3) Cerca de 5500 acionistas minoritários com a esperança de investir na bola da vez do Governo Federal (Biodiesel) assumirão prejuízos sem precedentes em suas vidas. Acredito que os 3 tópicos são de soberania nacional e estão acima do golpe aplicado para acabar com a empresa e neste momento prejudicando o Brasil. O Credit Suisse tem denúncias de evasão de divisas pelo mundo.”

O Procurador da República oficiante requereu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual por compreender que, no caso, as condutas não se amoldam às figuras típicas insculpidas na Lei nº 7.492/86, bem como que a infração penal não traria prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firmando atribuição do Ministério Público Federal.

Os autos foram remetidos a esta 2ª CCR, com fundamento no em face do contido no artigo 28 do CPP c/c art. 62 da LC 75/93.

É o relatório.

O crime de gestão temerária tem por escopo a proteção de Instituições Financeiras e do próprio Sistema Financeiro Nacional, cuja higidez e credibilidade revestem-se de relevância, propiciando a captação e transferência de recursos, com vistas à estruturação equilibrada da sociedade e desenvolvimento do País, nos moldes delineados nos arts. 170 e 192 da CR/88.

Nesse sentido, preceituam os referidos artigos da Constituição Federal Brasileira:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I- soberania nacional;

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover

o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.”

No que concerne ao suposto delito contra o sistema financeiro nacional praticado pela instituição bancária Credit Suisse em detrimento da empresa Agrenco Limited, faz-se necessário apurar a ocorrência da ilicitude apontada, para avaliar a existência de prática ilícita contra o Sistema Financeiro Nacional, a depender da extensão das eventuais lesões.

Pela repercussão do caso e a extensão dos danos causados resta claro o interesse federal.

Diante do exposto, voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal, mormente por promovendo às diligências necessárias para averiguação da ocorrência do delito em questão, através, sobretudo, da comprovação da participação ou não do gerente bancário nas condutas perpetradas.

Brasília/DF, 9 de junho de 2014.

**Luiza Cristina Fonseca Frischeisen**

Procuradora Regional da República

Suplente – 2ª CCR

TG